

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009191-81.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Natanael Jose da Rocha**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

NATANAEL JOSÉ DA ROCHA ajuizou Ação **DE COBRANÇA DA DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT** em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 09/02/2015, do qual sofreu trauma grave que resultou sua incapacidade definitiva. Alega que já recebeu R\$ 2.531,25, mas mesmo assim pede a quantia de R\$ 13.500,00.

Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa pedindo a retificação do polo passivo. Alegou preliminar de divergência de assinatura e necessidade de apresentação de documento pessoal legível. No mérito, arguiu que já houve pagamento administrativo e, assim, não há qualquer



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

valor pendente a ser pago ao autor. No mais, sustentou a necessidade de realização de prova pericial e que na hipótese de procedência o valor da indenização seja de acordo com o grau da invalidez.

Sobreveio réplica às fls. 115 e ss.

As preliminares foram rechaçadas pela decisão de fls. 123/124.

Designada perícia o laudo foi encartado a fls. 173/177 e complementado a fls. 205/206.

As partes se manifestaram às fls. 210/217 e 218.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 09/02/2015.

O artigo 3º, inciso "II" da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em "até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**" (*in verbis*).

Tem ela **aplicação *in casu***, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 09/02/2015, ou seja, durante a sua vigência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O parecer médico de fls. 173/177 (complementado a fls. 205/206) revela que há nexo de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 30% ou seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva.

Como no caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 2.531,25, cabe à ré complementar a indenização, uma vez que 30% (equacionados pelo perito) de R\$ 13.500,00 equivalem a R\$ 4.050,00.

Assim, tem o autor direito à diferença de R\$ 1.518,75 (um mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a ré **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** a pagar ao autor, NATANAEL JOSÉ DA ROCHA, a diferença de **R\$ 1.518,75 (um mil quinhentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, referente ao percentual de 30% da indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela parcial e permanente prevista no artigo 5º, inciso “II” da Lei 6.194/74 (*com alteração dada pela Lei 11.482/07*).

Referido valor será pago com correção monetária a partir da data do pagamento a menor, ou seja, 05/06/2015 (fls. 573), e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes. Fixo honorários advocatícios ao advogado do autor em R\$ 500,00 e ao advogado da requerida também em R\$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

500,00. Observe-se que o autor é beneficiário da justiça gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**